

PROPOSTA PEDAGÓGICA E AUTONOMIA DA ESCOLA¹

"O projeto pedagógico da escola é apenas uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam e dentre elas o seguinte: tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar falhas detectadas. Nada mais, porém isso é muito difícil."

José Mario Azanha

I. INTRODUÇÃO

Todos os setores e todas as profissões do mundo inteiro passam por um período de grandes transformações. Vivenciamos globalmente um novo momento: **a mudança de paradigma**.

Um conjunto de inovações determinou o advento de um novo paradigma, ao qual o italiano Domenico de Masi² dá o nome de **digitalidade**. Segundo ele " *um número crescente de pessoas aderentes a este paradigma apresenta um modo de viver*

¹ Guiomar Namó de Mello, com a colaboração de Maura Dallon e Vera Grellet

² Ver artigo "*Se a vida sofre mudanças, também a escola deve mudar*" na íntegra em anexo. Revista Telêma no 12, Primavera 1998, traduzido e publicado pela Revista Digital Polo, RS.

*completamente novo em relação àquele que por dois séculos caracterizou a sociedade industrial. Estas pessoas formam uma massa volumosa e homogênea, separada em relação a todos aqueles que não são **digitais**.”*

Um novo perfil de sociedade e de profissionais está se delineando como consequência desse impacto da tecnologia da informação que atinge a todos nós numa velocidade tal, que nos deixa perplexos e ao mesmo tempo nos obriga a rever nossos valores e a nos reposicionarmos como pessoas, como profissionais e como cidadãos do mundo. Sabemos que se não entrarmos na era do conhecimento e da digitalidade perderemos o compasso do mundo moderno. Mas como vamos educar nossos jovens para que se constituam indivíduos competentes, criativos, com personalidade própria, com ética, que saibam se posicionar frente as dificuldades, decidir o que é melhor para si e para outros e viver em coletividade? Que conteúdo e que metodologias darão conta dessa tarefa? Sabe-se mundialmente que há um descompasso entre o conteúdo ensinado e o conteúdo aprendido. Que a forma como ensinamos privilegia a memorização, o acúmulo da informação pela informação, sem dar a ela um sentido e uma aplicabilidade real. Que ao sair da escola o conteúdo aprendido já está ultrapassado. Que a escola não dá e não dará conta de prever um conhecimento que esteja em permanente sintonia com as constantes transformações tecnológicas.

A resposta da comissão internacional de educação da UNESCO aponta um caminho: desenvolver competências para que o aluno possa continuar aprendendo ao longo da vida. Competências e habilidades para ser um indivíduo com personalidade própria e ao mesmo tempo coletivo, solidário, tolerante e que seja flexível frente as mudanças. Para isso sugeriu quatro pilares da educação como princípios norteadores das políticas educacionais do mundo todo:

- **Aprender a conhecer**
- **Aprender a fazer**
- **Aprender a ser**
- **Aprender a conviver**

Esta é pois, a grande tarefa de todos nós educadores: primeiro desenvolver em nós mesmos estas qualidades; segundo olhar para nossa prática educacional, rever e ressignificar os conteúdos, as estratégias, a organização da sala de aula, da escola, a relevância dos temas abordados, os recursos didáticos adotados. Terceiro refletir e decidir como vamos diminuir o vazio que se estabelece entre o conteúdo

ensinado e as exigências da vida moderna para o desenvolvimento de nossos jovens.

A proposta pedagógica é tudo isso: a escola em busca do saber, transformando-o em matéria prima e adequando-o às condições reais de seus alunos. Transformando o conhecimento em competências e formando o cidadão para o próximo milênio.

“Na verdade a proposta pedagógica é a forma pela qual a autonomia da escola se exerce. E a proposta pedagógica não é uma “norma”, nem um documento ou formulário a ser preenchido. Não obedece a prazos formais nem deve seguir especificações padronizadas. Sua eficácia depende de conseguir pôr em prática um processo permanente de mobilização de “corações e mentes” para alcançar objetivos compartilhados.”³

II. A AUTONOMIA DA ESCOLA: COMO TUDO COMEÇOU?

Pela gestão democrática que caracterizou a primeira etapa das reformas no início dos anos 80 com a descentralização e a desconcentração. Estabelecendo o regime de colaboração de estados e municípios, a participação dos professores, alunos e comunidade na vida da escola e uma certa autonomia pedagógica das escolas. Mas o paradigma curricular continuava fragmentado: por disciplinas e entre núcleo comum e parte diversificada.

Com a segunda etapa das reformas, no início dos anos 90 e com a promulgação da nova LDB, se resgatam as preocupações pedagógicas num novo contexto, dando às escolas uma autonomia mais concreta: financeira, administrativa e pedagógica.

Art. 15

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Esta fase se caracteriza pela gestão da aprendizagem. A LDB dá às escolas: liberdade e responsabilidade para elaborar a proposta

³ PARECER CNE/CEB No 15/98

pedagógica, incluindo currículo e organização escolar, e aos docentes a incumbência de: **zelar pela aprendizagem de seus alunos.**

Entendendo-se aprendizagem como a aquisição de competências básicas e essenciais necessárias ao indivíduo para a sua inserção na sociedade de forma justa e igualitária.

Art. 13

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;*
- III. **Zelar pela aprendizagem⁴** dos alunos;*
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;*
- V. Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;*
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.*

Estas são as bases da autonomia da escola: **gestão democrática e gestão da aprendizagem.**

A LDB em sintonia com as demandas educacionais contemporâneas e com as orientações da UNESCO para políticas educacionais para o próximo milênio, definiu um projeto educacional que busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento e exercício de cidadania, formação ética e autonomia intelectual.

Princípios estéticos, éticos e políticos inspiraram a LDB no estabelecimento das diretrizes e normas gerais para a educação.

⁴ Grifo nosso

III. QUE MUDA?

Há uma mudança de paradigma. Muda a ênfase do ensino para a aprendizagem. A LDB incorporou esse novo paradigma quando, em comparação com a legislação anterior, desloca o eixo da **liberdade de ensino** para o **direito de aprender**.

Art. 3

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II. **Liberdade de aprender**⁵, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;*
- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;*
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*
- IX. Garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extra-escolar;*
- X. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

O direito de aprender se concretiza quando conseguimos desenvolver no aluno um conjunto de competências definidas pela própria LDB como aquelas necessárias à inserção no mundo da prática social e do trabalho. Essa ênfase nas competências por sua vez, desloca o trabalho pedagógico do **ensino** para a **aprendizagem** que resulta em desenvolvimento de **competências**.

Como produto final, um cidadão que sabe fazer, agir, ser e conviver em seu entorno social.

⁵ Grifo nosso

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.) para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.

Exemplos:

Saber orientar-se numa cidade desconhecida mobiliza as capacidades de ler um mapa, localizar-se, pedir informações ou conselhos; e os seguintes saberes: ter noção de escala, elementos da topografia ou referências geográficas.

Saber curar uma criança doente mobiliza as capacidades de observar sinais fisiológicos, medir temperatura, administrar um medicamento; e os seguintes saberes: identificar patologias e sintomas, primeiros socorros, terapias, os riscos, os remédios, os serviços médicos e farmacêuticos.

Saber votar de acordo com seus interesses mobiliza as capacidades de saber se informar, preencher a cédula; e os seguintes saberes: instituições políticas, processo de eleição, candidatos, partidos, programas políticos, políticas democráticas etc.

Outras competências estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais. Os seres humanos não vivem todos as mesmas situações. Eles desenvolvem competências adaptadas ao seu mundo.

Philippe Perrenoud em entrevista à Revista Nova Escola, edição setembro 2000.

O conteúdo portanto, não é mais um fim em si mesmo, mas **um meio para desenvolver competências**.

Quando digo **digo**, digo **digo** não digo diogo.

Quando o novo paradigma curricular afirma que o conteúdo não é um fim em si mesmo, está significando exatamente isso: **o conteúdo é meio**, e como todo meio é indispensável para promover a aprendizagem. Afirmar que o novo paradigma diminui a importância do conteúdo curricular revela um mal entendido sobre o modo como a competência se constitui: sem nunca prescindir do conhecimento que a alimenta e ancora. **Por não existir competência sem conhecimento, o paradigma curricular referido às competências a constituir nos alunos, tem que estar colado no conhecimento e na cultura acumulados do país, da região, da comunidade.**

Cidadania e trabalho caminham juntos, não há ruptura.

Art. 1º

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A ênfase no ensino fundamental⁶ está no desenvolvimento da capacidade de aprender, na aquisição de conhecimentos e habilidades, na formação de atitudes e valores e na compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

No ensino médio⁷ na compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos; do significado da ciência, das letras e das artes; do processo histórico de transformação da sociedade e da cultura.

Descarta-se assim, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, a aquisição de conhecimentos enciclopédicos que só levam à erudição e não preparam para a vida. Educar para a vida significa contextualizar, relacionar a teoria com a prática, mostrando ao aluno o que aquele conteúdo tem a ver com a vida dele, porque é importante e como aplicá-lo numa situação real.

Contextualização e Interdisciplinaridade são as palavras-chave para a mudança de paradigma: **Ensina-se para constituir sentidos, produzir significados, construir competências.**

⁶ Art.32

⁷ Art.35 e 36.

Desta forma, a construção da proposta pedagógica pressupõe três grandes momentos de reflexão coletiva:

1. É preciso refletir e compreender os princípios e os conceitos do novo paradigma curricular expressos na LDB, nas Diretrizes e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Sem essa compreensão corre-se o risco de perpetuar o ensino enciclopédico e sem sentido. **QUADRO I e II**
2. Analisar e refletir sobre a própria prática pedagógica sob o novo olhar – o que se faz e com quais objetivos se faz. Torna-se muito importante ter um parâmetro de como estamos para saber o que precisamos mudar. Ninguém muda se não tem consciência do que precisa mudar.
3. Planejar nossas ações e nossas melhores intenções.

QUADRO I

Princípios	Nas Diretrizes	Na Escola
Estética da Sensibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criatividade • Curiosidade • Afetividade • Reconhecimento da Diversidade • Valorização da Qualidade • Busca de aprimoramento 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a fazer • Atitude frente todas as formas de expressão • Acolher a diversidade dos alunos • Oportunizar a troca de significados • Crítica às formas estereotipadas e reducionistas de expressar a realidade • Crítica às manifestações que banalizam os afetos e brutalizam as relações interpessoais
Política da igualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento dos direitos humanos • Exercício dos direitos e deveres da cidadania • Equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável • Combate a todas as formas de preconceito e discriminação • Respeito pelo Estado de Direito mas a igualdade é um valor público por ser interesse de todos e não exclusivamente do governo 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a conhecer e a conviver • Ensino através de conteúdos e temas como: direitos das pessoas, responsabilidade e solidariedade, relações pessoais e práticas sociais • Responsabilidade da liderança dos adultos responsáveis pela coesão da escola • Igualdade de oportunidades e de diversidade de tratamento dos alunos e professores • Garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino • Toda decisão administrativa e pedagógica deve se comprometer com a aprendizagem dos alunos

Ética da identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Busca reconciliar no coração humano o mundo da moral e o mundo da matéria, o privado e o público • Humanismo • Responsabilidade e solidariedade • Reconhecimento da identidade própria e do outro • Autonomia • Convivência e mediação de todas as linguagens 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a ser • Educação é um processo de construção de identidades • As identidades se constituem pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito à igualdade • Escola é lugar de conviver e de educar para a construção da identidade dos alunos • O fim mais importante da educação para a identidade é a autonomia
----------------------------	--	--

QUADRO II

COMPREENSÃO DO NOVO PARADIGMA

	PARADIGMA CURRICULAR FRAGMENTADO	PARADIGMA CURRICULAR INTEGRADO
PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Direito de Ensinar 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Direito de Aprender ◆ A Estética da Sensibilidade, a Política da Igualdade e a Ética da Identidade estarão presentes em todos os trabalhos.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um fim em si mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um meio para desenvolver competências
CONHECIMENTO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fragmentado por disciplinas. ◆ Ensino de regras, fatos, definições, acúmulo de informações desvinculadas da vida dos alunos. ◆ Caráter mais enciclopédico. ◆ Privilegia a memória e a padronização. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Globalizado pelo trabalho interdisciplinar e pela contextualização. ◆ Privilegia a construção de conceitos e o entendimento. ◆ Teoria e prática aplicadas ao cotidiano do aluno. ◆ Ênfase está na produção e sistematização do sentido.
CURRÍCULO	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fracionado, estático e linear 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Integrado, vivo e em rede, proporcionando a oportunidade de conhecer, fazer, relacionar, aplicar e transformar.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Por disciplinas 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Por áreas do conhecimento ◆ Por eixo organizador ◆ Por tema gerador ◆ Por conjunto de competências
SALA DE AULA	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Espaço de transmissão e recepção do conhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Espaço privilegiado de reflexão, de situações de aprendizagem vivas e enriquecedoras.
ATIVIDADES	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Rotineiras que favorecem a padronização da resolução ◆ Pesquisa = cópia 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Centradas em projetos de trabalho e na resolução de problemas para desenvolver competências. ◆ Pesquisa = buscar informações em várias fontes para a resolução de uma determinada situação-problema com espontaneidade e criatividade.

<p>Observação: Espontaneidade é uma resposta adequada a uma situação nova ou uma resposta nova adequada a uma situação antiga.</p> <p>ROFESSOR</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Mero transmissor do conhecimento ◆ Determina o conteúdo a ser trabalhado sem levar em conta as necessidades que surgem em sala de aula. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Facilitador da aprendizagem do aluno. ◆ Facilitador da construção de sentidos. ◆ Gerenciador da informação. ◆ Reflexivo ◆ Avalia e ressignifica sua prática pedagógica. ◆ Incentivador da estética da sensibilidade, zela pela política da igualdade e pela ética da identidade.
<p>ALUNO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Passivo, receptáculo do conhecimento descontextualizado. ◆ Não sabe porquê e para quê estuda determinados conteúdos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ativo e participativo na construção do seu conhecimento.
<p>AVALIAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Classificatória e excludente ◆ Gera dados que possibilitam apenas avaliar a capacidade do aluno em reter informações. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Formativa e diagnóstica do ensino e aprendizagem. ◆ Aponta dificuldades e possibilita a intervenção pedagógica. ◆ Gera dados que possibilitam avaliar o desenvolvimento das competências.
<p>LIVRO DIDÁTICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um fim em si mesmo. ◆ Atividades previsíveis e padronizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Um entre vários recursos didáticos (jornais, revistas, vídeos, computador, CD-ROMS)